



Os remanescentes dos índios botocudos no País ainda aguardam a decisão...

Indigenistas criticam deputado que aguarda o fim dos Krenauques

A posição do deputado José Laviola, do PDS, a respeito dos índios Krenauques, que aconselhou o governador a esperar a "morte próxima" dos remanescentes dos Botocudos no País para dar uma destinação mais digna à terra que ocupam — 36 hectares dos antigos quatro mil que eles possuíam no Vale do Rio Doce — causou indignação entre os indigenistas e os ecologistas mineiros. Para eles, além do argumento jurídico, faltou ao deputado "um mínimo de equilíbrio, em termos de sentimentos humanos", ao recomendar o extermínio dos índios como solução do problema.

A presidente do Grupo de Estudos da Questão Indígena, Tais Cristóforo, declarou-se "estupefata" com o fato de o deputado ter defendido os fazendeiros e não os indígenas, que sobrevivem a duras penas, no Município de Resplendor, na divisa do Espírito Santo. "Com que autoridade — pergunta um ela — um político pode afirmar que determinados índios têm ou não o direito legal à terra? O sr. Laviola tem também condições de assegurar se alguém é índio ou não como o fez? Ele, por acaso, é antropólogo?"

Para a indigenista, o deputado demonstrou desconhecimento do próprio Estatuto do Índio, que aceita como índio quem se considera como tal, como também passou por cima da Constituição da República. "O direito à terra é um direito constitucional. No caso dos Krenauques, o que eles reivindicam é uma parcela mínima dos quatro mil hectares que lhes foram tomados" — diz Tais Cristóforo.

Versão

Outro protesto dos indígenas mineiros diz respeito à história dos Krenauques mencionada pelo deputado José Laviola. Ele afirmou que aqueles indígenas abandonaram a terra onde estavam em 1972, no Rio Doce, mudando-se para a Fazenda Guarani, no Município de Carmésia. "Na Verdade — disse a presidente do GEQI — os índios foram presos e depois expulsos dali. Vários deles foram algemados por ordem do capitão Pinheiro, que era o interventor da PMMG no Convênio com a Funai, na época, ficando até três dias imobilizados para, então, enfraquecidos e sem resistência, serem transferidos para a Fazenda Guarani".

Segundo Tais, o deputado do PDS omitiu nas suas declarações a situação de penúria e ambientação da reserva da Funai em Carmésia, completamente adversa do modo de viver dos índios. "Do Posto Krenauque — assegura — que funcionava mais como uma colônia penal de índios, eles foram levados à força para uma região montanhosa, sem florestas, rios e caça, onde faz muito frio. Foi por isso que os Krenauques fugiram de lá, retornando à terra de seus antepassados, em Resplendor. A própria Funai tem documentos em seu poder que comprovam essa disposição dos índios, que sem-



da Justiça, ameaçados nas ruínas do que sobrou do antigo posto Krenauque, em Resplendor

pre se disseram "seu lugar" na Fazenda Guarani. Eles, na verdade, nunca abandonaram suas terras de origem. Foram enxotados, fato que se repete em quase toda a história dos nossos índios".

Além de responder às declarações do deputado José Laviola, os indigenistas mineiros farão uma reunião geral hoje, em Belo Horizonte, para assumir oficialmente uma posição a respeito da situação dos Krenauques. Segundo eles, a expulsão dos índios de suas terras, há 10 anos atrás, deveu-se exatamente a uma "campanha política" que não encontrou resistência na região, por envolver os próprios círculos do governo.

Questão ecológica

Para a Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA), ao afirmar que os índios krenauques e poijichás "estão invadindo propriedades", o deputado José Laviola se posicionou claramente frente à situação ameaçadora em que se encontram os índios brasileiros, em especial, os índios de Minas: "Propriedade é o termo que nós, brancos, nos referimos a todo objeto servido como meio de produção e se opõe à visão indígena da terra, que não é simples mercadoria, que se possa vender, comprar ou explorar. É a sua história, seu lugar no mundo, sua cultura, religião e vida", argumentaram os ecologistas.

"Essa terra, ocupada pelos índios muito antes da chegada do branco ao Brasil — continuaram — foi invadida e tomada por estes, resultando na extinção de muitos povos indígenas ou na impossibilidade dos que restaram de viver em paz nas terras reduzidas e muitas vezes imprestáveis que, ironicamente, foram "doadas" por governantes". A história dos krenauques, ao contrário do que afirmou o deputado José Laviola, abrange dez e não apenas quatro in-

divíduos, explicou a presidente da AM-

DA:

"E este número é representativo do processo de genocídio étnico de que vêm sendo vítimas — basta lembrar que de milhares na época do descobrimento, passaram a menos de duas mil pessoas em 1971 e atualmente encontram-se dispersos sendo que 55 destes vivem em suas terras no município de Resplendor. Como diz o deputado, existem muitos "mestiços" sim (não correspondendo no entanto, ao número citado), e essa condição não altera em nada a vivência e sentimento indígena. Essa discriminação que o deputado impõe pretende estender o racismo e preconceito que o Índio já enfrenta na sociedade nacional à uma "nova raça" que ele tenta estabelecer (na intenção de implementar seus objetivos, ou seja, a defesa da propriedade ou os votos de quem a reclama).

"A doação dos quatro mil hectares em 1920, observada pelo deputado, não passou de uma delimitação da área já pertencente aos índios, por direito assegurado na própria Constituição", disse Sônia Lansky: "O fato de ocuparem, na época, somente parte desta área, não implica que esta fosse suficiente para manutenção de sua cultura e subsistência, já que o modo de ocupação e produção das comunidades indígenas se baseia na rotatividade e reciclagem das terras nas suas atividades de pesca, caça e agriculturas".

O protesto

Aqui, na íntegra, o documento divulgado pela Associação Mineira de Defesa do Ambiente sobre a situação dos krenauques no Vale do Rio Doce:

"Em 1958, foram forçadamente transferidos par terra dos Maxacali (mu-

nicipio de Bertópolis, divisa com Bahia), para uma vida de exilados. Retornaram à pé para sua terra de origem. Em 1970, quando a área já se encontrava restrita a 13 alqueires, é embargada a tentativa, de reintegração da posse, sob alegação pelos fazendeiros da inexistência de indígenas na área. Como resultado, em 1972 a área do Rio Doce é trocada pela Fazenda Guarani no município de Carmésia e os remanescentes dos Krenauque são novamente transferidos à força, em um ato inconstitucional e com uso de violência — Joaquim Grande, 73 anos, seguiu algemado. Esta transferência constituiu um ato de violência contra todo um povo, desconsiderando a importância da terra de origem em sua cultura, provocando sua dispersão, colocando-o arbitrariamente em uma área de terras improdutivas e que, na época, funcionava com o Colônia Penal Indígena. Assim, os índios na tentativa de recuperação cultural, retornam para o Rio Doce em maio de 1980 sem nenhuma assistência do órgão competente (Funai) e se instalam na área que a eles pertence há, no mínimo, 400 anos".

"Afirma o deputado Laviola que, com a transferência dos índios, as terras foram vendidas àqueles que as haviam ocupado, omitindo o fato de que terras indígenas não podem ser negociadas de acordo com a própria Constituição, fato este que deveria ser de seu conhecimento, dada a sua posição de homem público. É necessário, ainda, esclarecer que não se trata de um conflito entre índios e posseiros e sim de uma luta desigual entre índios e fazendeiros".

"Atualmente, com processo impetrado contra os índios pelo fazendeiro Balbino Langnier de Lacerda, a situação dos Krenauques é insegura e, mais uma vez, este povo se encontra sujeito à expulsão de sua terra e consequente ameaça de extermínio. É negada a condição básica para sua sobrevivência e reestruturação de sua vida comunitária. Isso fica claro na declaração do deputado do PDS quando ele diz: "Quando se extinguirem as tribos com a morte dos últimos remanescentes, que se dê a destinação melhor possível para os 62 hectares que ocupam". É a expansão do modo de produção dominante, às custas das culturas de subsistência. É o não reconhecimento de sociedades diferentes e o direito que têm de ser diferentes. O que resta depois da terra perdida é o direito do mais forte, a competição na sociedade nacional com sua estratificação social. Sem suas terras os índios não podem sobreviver como povos".

"Não é de se admirar o desconhecimento por parte do deputado Laviola, do PDS, da questão indígena, já que são muitos os que se pronunciam o respeito, a total insensibilidade do deputado em relação à vida humana. Posturas como esta é que levaram as nações indígenas ao estado de miséria e degeneração em que se encontram hoje".